



DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS** 2023



accredito

www.accredito-scd.com.br

• RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	2
• RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
• PARECER DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	31

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Diretoria da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 e com o Relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

1. ACCREDITO

1.1. Institucional

A ACCREDITO- Sociedade de Crédito Direto S.A. (“ACCREDITO”) é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5050/2022. A ACCREDITO atua exclusivamente por meio de uma plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros próprios em operações de empréstimos de capital de giro, financiamentos e aquisição de direitos creditórios.

A ACCREDITO tem como mercado-alvo as pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo. Para atender a esse mercado, a ACCREDITO adota um modelo operacional de concessão de crédito conduzido por meio de seu aplicativo para web/smartphone, proporcionando uma experiência ágil e conveniente aos clientes.

O portfólio de linhas de crédito oferecido pela ACCREDITO inclui opções como capital de giro, financiamento para investimento e antecipação de recebíveis nas modalidades risco sacado (sacado âncora) e risco cedente, dentre outras. Disponibiliza aos seus clientes a conta de pagamento digital com as funcionalidades do Pix – pagamento instantâneo, TED - transferência eletrônica e pagamentos de contas de consumo.

Como uma de suas importantes iniciativas para distribuir, ofertar e divulgar seus produtos, a ACCREDITO mantém parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (“FACESP”). Essa parceria permite a identificação de empresas potenciais para as linhas de crédito da ACCREDITO dentre os associados da FACESP. As mais de 420 associações comerciais congregadas atuam de forma prospectiva, realizando a abordagem comercial inicial junto às empresas interessadas.

1.2. Marca ACCREDITO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi concluída a aquisição da marca ACCREDITO, registrada junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob os números 827246447 e 827247389, classe 35, cujo direitos pertenciam à FACESP Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

1.3. Portfólio de Produtos e Serviços

FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO

Financiamento para adquirir máquinas, equipamentos, ferramentas, aplicativos, móveis ou outros bens duráveis, com prazo de pagamento de até 36 meses.

FINANCIAMENTO ENERGIA LIMPA

Financiamento para projeto de instalação de painéis solares fotovoltaicos, incluindo a compra de equipamentos e serviços de instalação em até 48 meses.

FINANCIAMENTO TURISMO PAULISTA

Crédito em até 36 meses para apoio às empresas que atuam no setor de turismo paulista, para investimentos, tais como: implantação, expansão, modernização, informatização, marketing etc.

FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO

Financiamento pré-embarque para empresas que desejam obter o capital de giro adequado para a produção dos bens que serão exportados, oferecendo o crédito ideal para aumentar a competitividade e participação no comércio internacional.

CAPITAL DE GIRO

Linha de crédito para apoiar o dia a dia das empresas, com parcelamento até 30 meses.

ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS

Modalidade que permite antecipar o recebimento de vendas realizadas por meio de cartão de crédito e/ou duplicatas.

CONTA DIGITAL

Conta de pagamento, para realização de pagamentos e transferências eletrônicas das pequenas empresas. Permite transações Transferências eletrônicas, PIX Pagamentos Instantâneos, recebimentos de boletos, contas de consumo e tributos, consultas de saldos e extrato. Sem incidência de tarifas e taxas.

1.4. Participação em Arranjos de Pagamentos

SPB – SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

Participante do SPB, sob o código ISPB 406, que permite a realização de operações financeiras pelos diversos agentes econômicos no Brasil, permitindo a transferência de recursos financeiros, em reais, em todo território nacional.

SPI – SISTEMA DE PAGAMENTOS INSTANTÂNEOS

Participante do Pix - Sistema de Pagamentos Instantâneos, que possibilita transferências em tempo real entre instituições participantes do PIX, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

NUCLEA (CÂMARA INTERBANCÁRIA DE PAGAMENTO)

Integra a Nuclea para as operações, envolvendo boletos bancários, cartão de crédito/débito, registro de contratos de operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito com trava do domicílio bancário. Aceita transações das principais bandeiras: Visa, MasterCard, Elo, Hipercard, Amex, Cabal e Sorocred.

OPEN FINANCE

Detém autorização do Banco Central do Brasil para integrar o Open Finance, sistema financeiro aberto regulado, que permite às pessoas físicas e jurídicas compartilharem voluntariamente seu histórico e dados bancários com outras instituições financeiras.

1.5. Governança Corporativa e Transparência

Ao adotarmos as boas práticas de Governança Corporativa, reforçamos nosso compromisso com os princípios fundamentais de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Internamente, nossa estrutura de governança é composta por diferentes órgãos e comitês, incluindo a Assembleia Geral dos Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Comitês de Crédito e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), a Secretaria dos Conselhos e comitês, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, a Ouvidoria, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Crédito, e o Diretor de Tecnologia de Informação.

A área de Governança é responsável por divulgar as regras, procedimentos e políticas que norteiam o monitoramento e controle dos riscos identificados na Avaliação Interna de Risco (AIR).

1.5.1. Políticas

Nossas políticas de governança corporativa têm como foco a transparência na gestão, o tratamento equitativo de todos os envolvidos e a prestação clara e objetiva de contas sobre nossas ações. Estas políticas são alinhadas com o Código de Conduta Ética e incluem:

- Política Cibernética;
- Política de Privacidade;
- Política de Cookies;
- Política de Auditoria Interna;
- Política de Crédito e Cobrança;
- Política de Ouvidoria;
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Política de Segurança da Informação;
- Política do Plano de Continuidade;
- Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- Política de Relacionamento com o Cliente (conforme a Resolução nº 4.949 do Conselho Monetário Nacional); e
- Política de Gestão de Risco.

Na Administração da ACCREDITO, as áreas Operacional e de Compliance compartilham a responsabilidade de propor atualizações e modificações nas políticas e manuais de controle interno sempre que houver alterações na legislação, regulamentos ou interpelações judiciais que exijam adaptações, introdução de novos produtos ou mudanças nos negócios. É fundamental que cada colaborador se mantenha atualizado sobre os assuntos relacionados à sua área de atuação.

1.5.2. LGPD

O tratamento de dados pessoais é pautado na boa-fé e nos princípios da finalidade, adequação, transparência e segurança, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"). Nosso objetivo é assegurar o respeito à privacidade, intimidade e liberdade de informação de nossos clientes, parceiros, terceiros e colaboradores.

Com a colaboração da empresa Modus DPO, encerramos a implantação do Projeto de LGPD, no 1º semestre de 2023, permanecendo a nomeação do Sr. Flávio Ibelli Callegari como DPO - Data Protection Officer (Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais).

O projeto resultou na criação dos relatórios e plano de Ação para o SGPD (Sistema de Gestão de Proteção de Dados), Estruturação da Matriz de Responsabilidade, na implementação dos Indicadores de Desempenho LGPD – KPIs e na disponibilização do Guia do Colaborador sobre a LGPD.

Esses avanços não apenas fortalecem nossa conformidade com as regulamentações, mas também solidificam nosso compromisso contínuo em salvaguardar os direitos de privacidade e segurança dos dados pessoais de nossos colaboradores, clientes e parceiros.

1.5.3. Risco Socioambiental e Climático

Nossa Política de Risco Socioambiental e Climático define os procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle dos riscos relacionados a esses temas em nossas atividades e operações.

As diretrizes dessa política estão alinhadas com nosso Código de Ética e reforçam nosso compromisso com a sociedade, englobando aspectos ligados à promoção dos Direitos Humanos, princípios fundamentais do trabalho, universalização dos direitos sociais e respeito à diversidade nas relações comerciais.

1.6. Gestão de Pessoas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o quadro funcional da ACCREDITO era composto por 18 colaboradores, sendo 3 diretores e 15 colaboradores. Destes, 11 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idades variáveis entre 19 e 72 anos.

Quanto à escolaridade, 83% dos colaboradores possuem graduação e 17% estão cursando.

1.7. Ouvidoria

1.7.1. Ouvidoria Externa

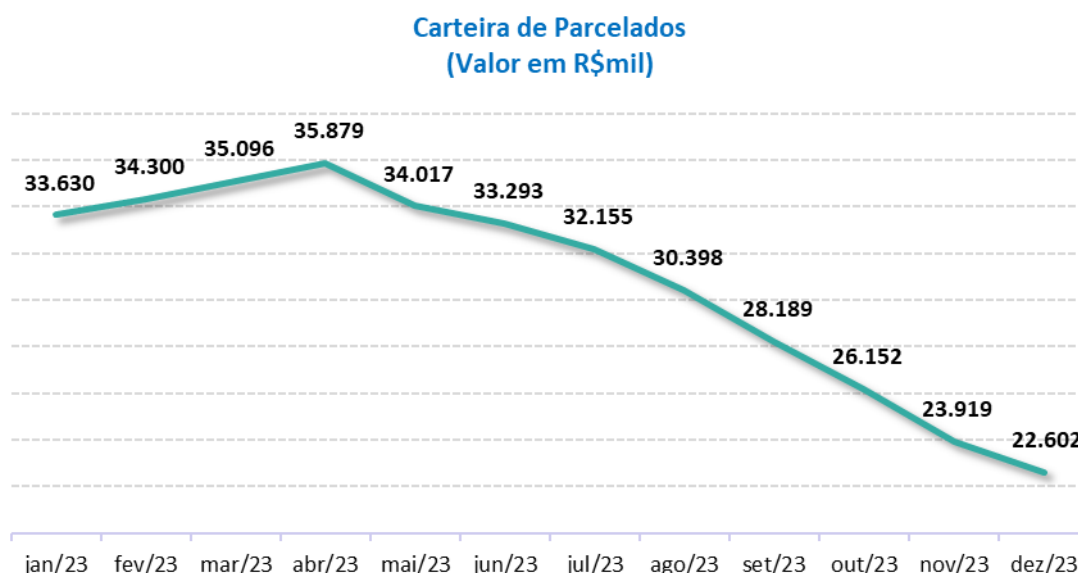
Nosso canal de Ouvidoria tem como missão garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, relacionadas aos direitos dos clientes. Atuamos como um canal de comunicação transparente, independente e imparcial, fornecendo orientações e gerenciando manifestações. Essa atuação está em total consonância com nossos princípios de Governança Corporativa e visa fomentar a cultura de escuta e justiça.

1.7.2. Canal de Denúncias

Em nosso site, disponibilizamos um canal para atender demandas específicas relacionadas a casos de descumprimento do Código de Ética e denúncias de ilicitudes, incluindo corrupção. O Canal de Denúncias acolhe informações sobre indícios de irregularidades e permite que as denúncias sejam feitas de forma anônima ou identificada, garantindo a proteção aos denunciantes.

2. CARTEIRA DE CRÉDITO PARCELADO

A fim de ajustar a modelagem da estrutura de risco aceitável para as operações direcionadas às micro e pequenas empresas, em maio de 2023, foram suspensas as concessões de novos financiamentos para este público.

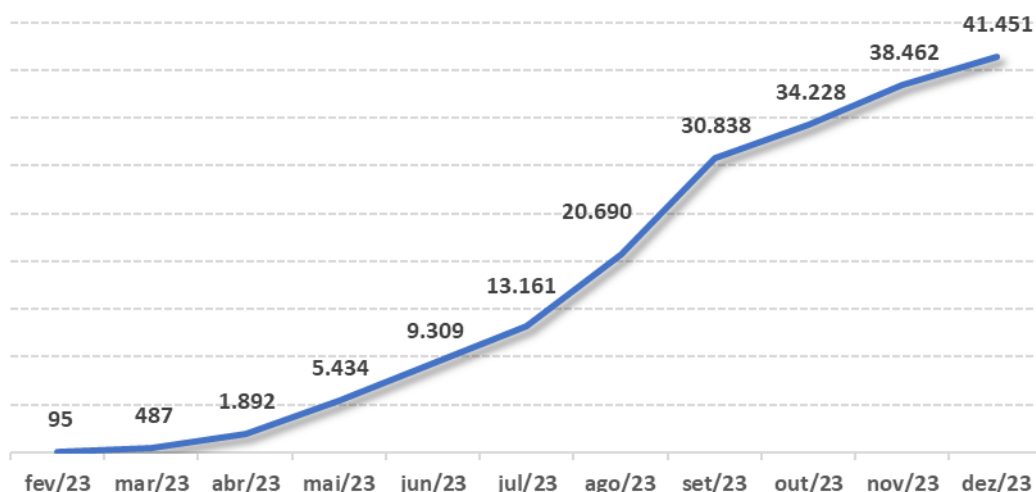


A carteira de crédito parcelado, Capital de Giro e Investimentos Fixos, está em fase de amortização, com a intensificação da cobrança administrativa e na esfera judicial, com a redução do saldo devedor de R\$ 35,879 milhões em abril de 2023 para R\$ 22,602 milhões em dezembro de 2023.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Nossa estratégia de atuação está direcionada para a modalidade de aquisição de direitos creditórios, por meio de um programa de antecipação de recursos a fornecedores em operações de curto prazo, com risco cedente e risco sacado (âncora) baseado em títulos performados originados do próprio sacado. Com essa abordagem, estamos proporcionando aos nossos clientes uma solução financeira dinâmica e vantajosa, permitindo que suas empresas possam manter um fluxo de caixa saudável, fortalecendo suas operações comerciais e ampliando sua sustentabilidade.

**Volume de Operações de Antecipação de Recebíveis
(Valor em R\$mil)**



As aquisições de direitos creditórios originadas pelas parcerias com plataformas especializadas em risco sacado, iniciaram no exercício de 2023 e tiveram um volume negociado de R\$ 41,451 milhões, com inadimplência de 0,03% sobre o montante concedido no período e taxa de juros média de 1,92% ao mês.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Acionistas e Administradores da
ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

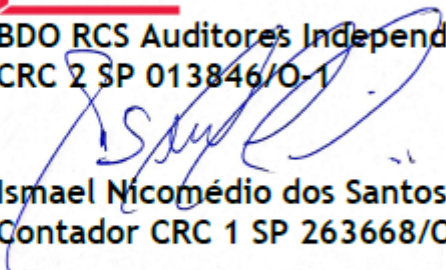
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Ismael Nicomedio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de reais

1. ATIVO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		39.659	44.312
DISPONIBILIDADES	4	4.775	1.031
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		10.793	25.463
Aplicação interfinanceira de Liquidez		-	25.463
Títulos e valores mobiliários	5	5.944	-
Relações interfinanceiras	6	4.849	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		23.076	17.180
Operações de crédito	7	23.076	17.180
OUTROS ATIVOS		1.015	638
Outros créditos - Diversos	8	990	550
Despesas antecipadas		25	88
NÃO CIRCULANTE		5.252	10.821
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.084	9.448
Operações de crédito	7	3.084	9.448
IMOBILIZADO DE USO	9	268	336
Outras imobilizações de uso		491	482
(Depreciações acumuladas)		(223)	(146)
INTANGÍVEL	10	1.900	1.037
Ativos Intangíveis		2.309	1.307
(Amortização acumulada)		(409)	(270)
TOTAL DO ATIVO		44.911	55.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. PASSIVO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

PASSIVO	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		5.678	1.065
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.849	116
Depósitos	11	4.849	116
OUTROS PASSIVOS		829	949
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		8	9
Fiscais e previdenciárias	12	300	293
Diversas	13	521	647
NÃO CIRCULANTE		-	19
PROVISÕES		-	19
Diversas - Passivos contingentes		-	19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.233	54.049
Capital:		75.000	75.000
De Domiciliados no país	14.a	75.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14.b	(2)	(4)
(Prejuízos acumulados)		(35.765)	(20.947)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.911	55.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota explicativa	2º-SEM-23	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.659	10.773	11.439
Operações de crédito	15	5.006	8.716	7.066
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		653	2.057	4.373
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.638)	(13.565)	(10.269)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos	7	(6.638)	(13.565)	(10.269)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(979)	(2.792)	1.170
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.016)	(12.026)	(14.046)
Receitas de prestação de serviços		2	34	104
Despesas de pessoal	16	(3.030)	(6.455)	(6.018)
Outras despesas administrativas	17	(3.157)	(7.042)	(7.176)
Despesas tributárias		(269)	(524)	(553)
Provisão (reversão) de provisões operacionais		-	19	(19)
Outras receitas operacionais	18	438	1.942	5
Outras despesas operacionais		-	-	(389)
RESULTADO OPERACIONAL		(6.995)	(14.818)	(12.876)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(6.995)	(14.818)	(12.876)
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(6.995)	(14.818)	(12.876)
Nº de ações		75.000	75.000	75.000
(Prejuízo) por ação		(93,27)	(197,58)	(171,69)

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2º-SEM-23	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do semestre/exercícios	(6.995)	(14.818)	(12.876)
Resultado abrangente	2	2	(3)
Ajustes que serão transferidos para resultados:	2	2	(3)
Ajuste TVM	2	2	(3)
Resultado abrangente total	(6.993)	(14.816)	(12.879)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>Capital realizado</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos no início do semestre em 1º de julho de 2023	75.000	(4)	(28.770)	46.226
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	2	-	2
Prejuízo do semestre	-	-	(6.995)	(6.995)
Saldos no fim do semestre em 31 de dezembro de 2023	75.000	(2)	(35.765)	39.233
Mutações do semestre	-	2	(6.995)	(6.993)
Saldos no início do exercício em 1º de janeiro de 2023	75.000	(4)	(20.947)	54.049
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	2	-	2
Prejuízo do exercício	-	-	(14.818)	(14.818)
Saldos no fim do exercício em 31 de dezembro de 2023	75.000	(2)	(35.765)	39.233
Mutações do exercício	-	2	(14.818)	(14.816)
Saldos no início do exercício em 1º de janeiro de 2022	75.000	(1)	(8.071)	66.928
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(3)	-	(3)
Prejuízo do exercício	-	-	(12.876)	(12.876)
Saldos no fim do exercício em 31 de dezembro de 2022	75.000	(4)	(20.947)	54.049
Mutações do exercício	-	(3)	(12.876)	(12.879)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>2º-SEM-23</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercícios	(6.995)	(14.818)	(12.876)
Depreciações/amortizações	108	216	212
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.638	13.565	10.269
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	-	(19)	19
	<u>(249)</u>	<u>(1.056)</u>	<u>(2.376)</u>
Variação de Ativos e Obrigações	4.033	5.810	2.322
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	6.925	15.140	12.459
(Aumento) redução de outros ativos	(6.352)	(13.365)	(10.089)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	3.784	4.733	116
Aumento (redução) em outros passivos	(119)	(120)	221
Imposto de renda e contribuição social pagos	(205)	(578)	(385)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.784</u>	<u>4.754</u>	<u>(54)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(1)	(9)	(70)
Inversões líquidas no intangível	-	(1.001)	(96)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1)</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(166)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.783</u>	<u>3.744</u>	<u>(220)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	992	1.031	1.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	4.775	4.775	1.031
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.783</u>	<u>3.744</u>	<u>(220)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações.

A Associação Comercial de São Paulo, detém 100% das ações e em janeiro de 2021 iniciou as suas atividades operacionais, disponibilizando operações de empréstimos, financiamentos de investimento fixo e antecipação de recebíveis de duplicatas/cartões de crédito, tudo em conformidade com sua política de crédito.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 11 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil.

Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Programa de Integração Social – PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas nas notas explicativas nº 9 e 10.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Depósitos

Os depósitos correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas decorrentes dos depósitos realizados por clientes na conta da Instituição, que não se confundem com os da Sociedade.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais: ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis são os seguintes:

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade não possuía saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez (R\$ 1.027 em 31 de dezembro de 2022 referente à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada em 31 de dezembro de 2022, com compromisso de revenda para 2 de janeiro de 2023, reconhecida pelo valor da aplicação acrescido do rendimento

pro rata); R\$ 4.774 de depósito bancário (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 1 de reservas bancárias (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria	1.078	25.463
Certificados de Depósitos Bancários	750	18.571
Letras Financeiras do Tesouro	330	6.892
Vinculados a prestação de garantia	4.866	-
Letras Financeiras do Tesouro	4.866	-
Total	5.944	25.463

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31 de Dezembro de 2023			
Circulante			
Certificados de Depósitos Bancários	16/08/2024	750	750
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	5.196	5.194
Total		5.946	5.944
Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31 de Dezembro de 2023			
Circulante			
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	18.571	18.571
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	6.895	6.892
Total Geral		25.466	25.463

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se ao total de saldo de depósito para operações com PIX mantidas sob custódia no Banco Central do Brasil.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos compulsórios PIX - BACEN	4.849	-
Depósito Bacen Recursos de Credores PIX	4.849	-
Total	4.849	-

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	15.804	21.427	4.075	9.934	19.879	31.361
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	1.515	809	1.208	1.390	2.723	2.199
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	14.134	1.085	-	-	14.134	1.085
Total	<u>31.453</u>	<u>23.321</u>	<u>5.283</u>	<u>11.324</u>	<u>36.736</u>	<u>34.645</u>

7.1 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(7.618)	(5.295)	(1.796)	(1.813)	(9.414)	(7.108)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(675)	(155)	(403)	(63)	(1.078)	(218)
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	(84)	(691)	-	-	(84)	(691)
Provisão total	<u>(8.377)</u>	<u>(6.141)</u>	<u>(2.199)</u>	<u>(1.876)</u>	<u>(10.576)</u>	<u>(8.017)</u>
Total Geral	<u>23.076</u>	<u>17.180</u>	<u>3.084</u>	<u>9.448</u>	<u>26.160</u>	<u>26.628</u>

7.2. Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A	3.838	9.311	327	365	14.108	35	18.273	9.711
B	1.296	3.598	285	258	-	72	1.581	3.928
C	1.072	1.406	30	-	-	56	1.102	1.462
D	1.057	925	131	8	-	-	1.188	933
E	677	835	27	38	-	334	704	1.207
F	851	786	134	-	26	-	1.011	786
G	648	440	-	6	-	-	648	446
H	6.365	4.126	581	134	-	588	6.946	4.848
Total	<u>15.804</u>	<u>21.427</u>	<u>1.515</u>	<u>809</u>	<u>14.134</u>	<u>1.085</u>	<u>31.453</u>	<u>23.321</u>

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A	694	4.165	304	596	-	-	998	4.761
B	356	2.392	260	690	-	-	616	3.082
C	401	670	54	-	-	-	455	670
D	466	563	128	-	-	-	594	563
E	351	299	12	70	-	-	363	369
F	225	363	139	-	-	-	364	363
G	234	207	-	3	-	-	234	210
H	1.348	1.275	311	31	-	-	1.659	1.306
Total	4.075	9.934	1.208	1.390	-	-	5.283	11.324

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A	4.532	13.476	630	961	14.108	35	19.270	14.472
B	1.652	5.990	545	948	-	72	2.197	7.010
C	1.473	2.075	84	-	-	56	1.557	2.131
D	1.523	1.488	259	8	-	-	1.782	1.496
E	1.028	1.134	39	109	-	334	1.067	1.577
F	1.076	1.149	273	-	26	-	1.375	1.149
G	882	647	-	9	-	-	882	656
H	7.713	5.402	893	164	-	588	8.606	6.154
Total	19.879	31.361	2.723	2.199	14.134	1.085	36.736	34.645

7.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	4.529	0,5%	22	13.476	0,5%	67
B	1.652	1,0%	17	5.990	1,0%	60
C	1.473	3,0%	44	2.075	3,0%	62
D	1.523	10,0%	153	1.488	10,0%	149
E	1.028	30,0%	308	1.134	30,0%	340
F	1.076	50,0%	538	1.149	50,0%	575
G	882	70,0%	618	647	70,0%	453
H	7.716	100,0%	7.714	5.402	100,0%	5.402
Total	19.879		9.414	31.361		7.108

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	630	0,5%	4	961	0,5%	5
B	545	1,0%	6	948	1,0%	9
C	84	3,0%	3	-	3,0%	-
D	259	10,0%	26	8	10,0%	1
E	39	30,0%	11	109	30,0%	33
F	273	50,0%	135	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	9	70,0%	6
H	893	100,0%	893	164	100,0%	164
Total	2.723		1.078	2.199		218

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	14.108	0,5%	71	35	0,5%	-
B	-	1,0%	-	72	1,0%	1
C	-	3,0%	-	56	3,0%	2
D	-	10,0%	-	-	10,0%	-
E	-	30,0%	-	334	30,0%	100
F	26	50,0%	13	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	-	100,0%	-	588	100,0%	588
Total	14.134		84	1.085		691

7.4. Concentração das operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos de capital de giro - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	27	27	0,1%	0,1%
Maior devedor	344	104	1,7%	0,3%
Menor devedor	-	1	0,0%	0,0%
Financiamentos de capital fixo - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	57	48	2,1%	2,2%
Maior devedor	271	195	9,9%	8,9%
Menor devedor	1	1	0,0%	0,0%
Aquisição de direitos creditórios - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	124	15	0,9%	1,4%
Maior devedor	1657	206	11,7%	19,0%
Menor devedor	1	2	0,0%	0,2%

Concentração por quantidade de clientes	31/12/2023	%
10 maiores devedores	12.730	34,65%
20 maiores devedores	14.659	39,90%
50 maiores devedores	17.144	46,67%
100 maiores devedores	21.654	58,95%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 125, e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 250 e financiamentos de exportação pré-embarque é de R\$ 300. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 30 de outubro de 2027.

7.5. Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimos		Financiamentos		Aquisição de		Total	Total
	Capital de Giro	Empréstimos Capital de Giro	de Capital Fixo	de Capital Fixo	Direitos Creditórios	Direitos Creditórios		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:								
Mais de 180 d	1.169	791	60	5	-	546	1.229	1.342
De 91 a 180 d	1.305	879	65	8	26	89	1.396	976
De 61 a 90 d	557	396	47	5	-	143	604	544
De 31 a 60 d	676	505	44	5	-	139	720	649
Até 30 d	808	794	79	18	142	70	1.029	882
Total Vencido	4.515	3.365	295	41	168	987	4.978	4.393
A vencer:								
Até 30 d	1.294	1.655	119	52	5.346	75	6.759	1.782
De 31 a 60 d	1.383	1.724	116	30	5.388	23	6.887	1.777
De 61 a 90 d	1.294	1.747	118	38	3.145	-	4.557	1.785
De 91 a 180 d	3.261	4.800	304	165	87	-	3.652	4.965
De 181 a 360d	4.057	8.136	563	483	-	-	4.620	8.619
Total Ativo Circulante	11.289	18.062	1.220	768	13.966	98	26.475	18.928
De 361 a 720d	2.978	8.859	924	865	-	-	3.902	9.724
Acima 721d	1.097	1.075	284	525	-	-	1.381	1.600
Total Ativo Não Circulante	4.075	9.934	1.208	1.390	-	-	5.283	11.324

7.6. Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade	31/12/2023	31/12/2022
Comercio	10.711	15.497
Industria de transformação	9.282	4.199
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	2.130	2.941
Atividades administrativas e serviços complementares	2.170	2.682
Alojamento e alimentação	1.739	2.012
Construção civil	3.612	1.546
Informação e comunicação	3.813	1.315
Educação	906	1.264
Transporte, Armazenagem e Correio	419	1.031
Outras Atividades de Serviços	600	900
Saúde humana e serviços sociais	570	563
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	674	304
Artes, cultura, esporte e recreação	77	209

Atividade imobiliária	12	132
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	18	40
Serviços Domésticos	3	10
Total	36.736	34.645

Os juros referentes ao ano de 2023, totalizaram R\$ 8.716, e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

7.7. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do período	8.017	2.245
Provisão constituída no período	13.565	10.269
Reversões para baixa com prejuízo	(11.006)	(4.497)
Saldo final do período	10.576	8.017

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos e contribuições a compensar (a)	890	468
Outros:		
Adiantamentos e antecipações salariais	4	8
Devedores diversos no país	91	74
Depósito de processo judicial	5	-
Total	990	550

(a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa R\$ 312 (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2022) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 578 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2022).

9. IMOBILIZADO DE USO

	<u>Custo de Aquisição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo Líquido em 31/12/2023</u>	<u>Saldo Líquido em 31/12/2022</u>
Mobiliário	187	10%	(59)	128	147
Equipamento de Processamento de Dados	281	20%	(155)	126	173
Outros equipamentos	23	20%	(9)	14	16
Total	491		(223)	268	336

10. INTANGÍVEL

	Custo de Aquisição	Taxa de Amortização	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2023	Saldo Líquido em 31/12/2022
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos (a)	492	10%	(146)	346	972
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados (a)	817	33,33%	(263)	554	65
Marca ACCREDITO (b)	1.000	-	-	1.000	-
Total	2.309		(409)	1.900	1.037

(a) Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

(b) Refere-se a marca ACCredito adquirida da FACESP – Federação das Associações Comerciais, registrada pelo valor de aquisição e com vida útil indeterminada, em 18 de abril de 2023.

11. DEPÓSITOS

Conta de pagamento pré-paga	31/12/2023	31/12/2022
Contas de emissão de moeda eletrônica	4.849	116
Total	4.849	116

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Impostos e contribuições a recolher	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	12
Impostos e contribuições sobre salários	224	228
Outros impostos e contribuições	64	53
Total	300	293

13. DIVERSAS

Provisão para pagamentos a efetuar	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal a pagar (a)	287	290
Despesas administrativas a pagar	175	113
Auditoria	13	23
Outros pagamentos	46	221
Total	521	647

(a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- **Capital social**

O capital social é de R\$ 75.000, composto em 75.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas por acionista domiciliados no país.

- **Outros resultados abrangentes**

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2023 foram constituídos ajustes de títulos e valores mobiliários valor de 2 (R\$ 3 em 2022), restando o saldo negativo de R\$ 2 (R\$ 4 em 2022) que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos.

15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2ºSem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendas com empréstimos	2.987	5.932	6.442
Rendas com direitos creditórios	1.815	2.104	122
Rendas de financiamento	204	680	502
Total	<u>5.006</u>	<u>8.716</u>	<u>7.066</u>

16. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2ºSem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Honorários da diretoria e conselho de administração	(924)	(1.729)	(1.641)
Proventos	(1.040)	(2.390)	(2.179)
Encargos sociais	(558)	(1.186)	(1.090)
Benefícios	(476)	(1.090)	(1.093)
Treinamento	(19)	(36)	(4)
Remuneração de estagiário	(13)	(24)	(11)
Total	<u>(3.030)</u>	<u>(6.455)</u>	<u>(6.018)</u>

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2ºSem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguel	(66)	(132)	(132)
Comunicação	(29)	(55)	(46)
Manutenção de bens	(19)	(38)	(29)
Material consumido	(8)	(20)	(26)
Processamento de dados	(1.365)	(2.744)	(1.806)
Promoções e relações públicas	(33)	(161)	(93)
Propaganda e publicidade	(128)	(677)	(1.693)
Publicações	(14)	(14)	(9)
Serviços do sistema financeiro	(537)	(1.073)	(998)
Serviços de terceiros	(137)	(210)	(172)
Serviços técnicos especializados	(500)	(1.221)	(1.503)
Transporte	(6)	(38)	(76)
Viagens	(8)	(29)	(70)
Depreciações e amortizações	(108)	(216)	(212)
Outras despesas administrativas	(199)	(414)	(311)
Total	<u>(3.157)</u>	<u>(7.042)</u>	<u>(7.176)</u>

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2ºSem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	418	1.898	-
Outras receitas operacionais	20	44	5
Total	438	1.942	5

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(14.818)	(12.876)
Adições de despesas não dedutíveis	36	59
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	13.565	10.639
Recuperação de créditos baixado como prejuízo	(1.897)	-
Contingências Cíveis	(19)	19
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(3.133)	(2.159)
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(3.133)	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 11.109 (R\$ 7.985 em 2022), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional não terem sido atendidos.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- Conselho de Administração: órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- Diretoria Executiva: que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;
- Conselho Fiscal: composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

- Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de

crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito. Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

▪ **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

▪ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

▪ **Risco social, ambiental e climático**

Entende-se como risco social Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco social, Ambiental e Climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Por conta do escopo de atuação da Sociedade, que é origem de operações de crédito para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, os riscos socioambientais e climático são avaliados como remotos para a concessão das operações de crédito da instituição.

▪ **Gerenciamento do risco operacional**

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos. Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade. A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- Primeira Linha de Defesa: representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias;
- Segunda Linha de Defesa: representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa;
- Terceira Linha de Defesa: Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- Saldo das transações com partes relacionadas

No semestre findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 66 (R\$ 132 em 31 de dezembro de 2022), reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 19 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022) e pagamentos referentes a comissões pela prospecção de clientes no montante de R\$ 8 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2022). Não existem outras transações com parte relacionada.

- Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve pagamento de honorários aos administradores da Sociedade no montante de R\$ 1.729 (R\$ 1.641 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

22. DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o semestre a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida. Foram provisionados no exercício de 2022, o montante de R\$ 19, referente a passivos contingentes de processos judiciais de natureza civil, correspondente a verbas de sucumbências processuais, devido a risco de perda possível. No primeiro semestre de 2023 esses processos foram revertidos.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não existiam processos considerados como risco de perda possível.

23. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 inexistiu resultado não recorrente.

24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. As operações de Capital de Giro pré-fixadas, têm suas taxas fixadas pela composição da taxa de juros definidas pelos juros fixos pré-fixados, capitalizados com as taxas definidas pela curva DI x Pré, constituída a partir dos preços de vencimentos de contratos futuros negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo praticadas na média de 2,71% ao mês.

25. OUTROS ASSUNTOS

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021 e a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023, que estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade hedge) pelas instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2022, a metodologia a ser aplicada na Política de Provisão para Risco, conforme segue:

Política de Provisão para Risco – Resolução CMN nº 4.966/2021

- Aplicações Financeiras

A alocação dos recursos disponíveis no caixa está prevista na política de risco, que compreende a realização de operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e/ou aquisição de títulos privados de instituições financeiras de primeira linha com rentabilidade vinculada ao CDI, que acompanha a taxa básica de juros – Selic. Dado a natureza da alocação dos recursos, não faremos provisão de risco para perdas, visto que os títulos são marcados a mercado diariamente, portanto seus valores de faces são ajustados periodicamente.

- Carteira de Crédito

Manter os atuais critérios de classificação das concessões de crédito e as regras para constituição de provisão para perdas esperadas, associadas ao risco de crédito, contidas na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, com critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando a relação

do devedor e suas garantias, bem como a finalidade do crédito e as características das garantias, particularmente quanto a sua suficiência e liquidez, com aplicação de percentuais sobre os saldos das operações de crédito, classificados por “rating operação” conforme os níveis a seguir:

Risco Nível	Percentuais
AA	0%
A	0,5%
B	1%
C	3%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras que requeressem divulgações.

A DIRETORIA

CONTADOR:
REINALDO DANTAS
CRC 1SP110330/O-6

PARECER DOS CONSELHOS FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Accredito Sociedade de Crédito Direto S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, à vista do Relatório dos Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo para os referidos documentos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre/2023 e, à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendam a aprovação das demonstrações financeiras e manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estando, portanto, em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 21 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)

NILTON MOLINA

ALFREDO COTAIT NETO

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

CONSELHO FISCAL:

ANTONIO CARLOS PELA

RENATO GENNARO

CARLOS MONTEIRO

DIRETORIA:

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)

LUIZ NOBORU SETO

GILBERTO FIORAVANTE

Atendimento: atendimento @accredito-scd.com.br / Ouvidoria : ouvidoria@accredito-scd.com.br - 0800-070-7880



accredito

www.accredito-scd.com.br